

DA LÍNGUA COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO AO DISCURSO: UM DESLOCAMENTO NECESSÁRIO NO TRABALHO DE PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA.

Arnaldo Martín DE BRUM
Universidade de Buenos Aires (UBA)
(madebrum@hotmail.com)

Introdução

A noção¹ de comunicação na lingüística moderna (pós-saussureana) surge com muita força nas Teses de 1929 do Círculo de Praga. Sem abandonar o pressuposto saussureano da língua como sistema, ou melhor, estendendo a abrangência desse postulado, a escola praguense reformula, com tendência prática, o conceito teórico de língua: “la lengua es un sistema de medios de expresión apropiados para un fin” (TRNKA et alii, 1980, p.31). A função da língua, portanto, é levar a cabo esse fim ou finalidade, isto é, a comunicação, a expressão.

Uma outra visão que entronca com a anterior é a da língua como instrumento (já, na verdade, implícita nessa última). Mais de trinta anos depois das “teses”, o lingüista francês Émile Benveniste afirmava:

“concluimos que con la frase se sale del dominio de la lengua como sistema de signos y se penetra en otro universo, el de la lengua como instrumento de comunicación, cuya expresión es el discurso” (BENVENISTE, 1999, p. 128).²

Essa noção de comunicação entra como ponto cego na lingüística, ou seja, como um elemento que não é trabalhado do ponto de vista teórico. Funciona, assim, como uma evidência, como algo que é sabido ou conhecido de todos e que, portanto, não precisaria ser levado a adoptar um estatuto teórico. Não duvidamos de que esse conceito, próprio do senso comum, causaria graves problemas, se tivesse de ser definido teoricamente. Se nos situarmos, aliás, do ponto de vista do senso comum, seria pelo menos polêmico afirmar que a língua não é instrumento de comunicação ou que a função principal da língua não é a comunicação.

¹ Para a diferença entre noção (ideológica) e conceito (científico), cf. Pêcheux, 1997.

² No entanto, o próprio Benveniste, em outro artigo, colocava sob suspeita o fato de a linguagem ser instrumento, atribuindo essa propriedade (a de ser instrumento) ao discurso e propondo a linguagem como o lugar onde o homem se constitui em sujeito, isto é, como uma unidade psíquica. (BENVENISTE, 1999).

O esquema da comunicação postulado por Jakobson em 1959 (1969), nos moldes do circuito matemático da comunicação, é um outro caso representativo de proposta teórica que retoma a língua a serviço da comunicação, portanto, a língua como instrumento. Esse esquema da comunicação implica em uma concepção de língua, em que um dos elementos básicos desse esquema, a mensagem, se traduz em transmissão de informação, estabelecendo o processo da comunicação como linear, qual seja, alguém (emissor) diz alguma coisa (mensagem) a alguém (receptor).

Ora, do ponto de vista da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, e mais precisamente segundo Michel Pêcheux, a língua como “...‘instrumento’ permite, ao mesmo tempo, a comunicação e a não-comunicação, isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade...” (PÊCHEUX, 1997). Com esse enunciado, Pêcheux estaria denunciando a transparência da língua, caráter implícito nas concepções que temos mencionado, já que, segundo a AD, não se trata apenas de transmissão de informação, entendida como codificação –do lado do emissor- e decodificação –do lado de receptor- de mensagens, que necessariamente teriam *um* sentido. As palavras não têm um sentido nelas mesmas, sentido encapsulado para todo o sempre, fora do tempo, impermeável à situação, enfim, a-histórico. Para compreender³ as palavras, para compreender um texto, temos de referir essas palavras ou esse texto a sua exterioridade, às suas condições de produção.

Esse referir à exterioridade implica em um movimento teórico e epistemológico, pois esse exterior não é um objeto empírico que está por fora da linguagem e que é acrescentado a ela para significar, como na pragmática. Não. Esse exterior é constitutivo da linguagem –o que nos permite falar em discurso. A exterioridade é textualizada, produzindo, assim, a discursividade.

A entrada das condições de produção, então, provoca um deslocamento teórico, uma “mudança de terreno”, em que *dados* (pensados como produto) *de língua(gem)* (pensada como sistema fechado de elementos, objeto da lingüística formal) passam a ser encarados como *fatos* (pensados como processos) *de discurso*⁴ (na ordem da relação língua/história/ideologia, objeto da AD). Não existe no caso um deslocamento ou acréscimo entre funcionamento e função da língua (como em Jakobson ou Benveniste), mas um deslocamento do funcionamento da língua para o funcionamento do discurso⁵.

A não transparência da língua tem a ver, precisamente, com seu funcionamento discursivo, isto é, com a língua como base de processos discursivos. A língua se torna opaca, produto da sedimentação histórica. É a língua assim caracterizada a que vai permitir, ao mesmo tempo, a produção do

³ Para o conceito de compreensão em relação à inteligibilidade e à interpretação, ver Orlandi, 1988, 2000.

⁴ Para o deslocamento de *dado* para *fato*, cf. Orlandi, 2004.

⁵ Nesse ponto, é preciso salientar que Pêcheux nunca abandonou o postulado saussureano do funcionamento da língua como sistema (relativamente) autônomo.

sentido e a constituição do sujeito. Eis um movimento teórico fundamental na AD: da língua instrumento à língua base de processos discursivos.

Corpus

Para trabalharmos o deslocamento teórico (e epistemológico) da língua instrumento de comunicação para o discurso, basearemos nossa análise em enunciados extraídos de textos produzidos por alunos que iniciam seu curso de formação profissional em português.

Para a coleta do corpus, demos a eles uma instrução que consistia na redação de um texto a partir da seguinte questão: o que é língua? Para a produção de tais respostas, não foram fornecidas mais indicações.

As amostras foram coletadas em cursos de formação profissional em português ministrados em duas instituições públicas oficiais de Buenos Aires: o *Profesorado* em português do *Instituto Superior del Profesorado en Lenguas Vivas “Juan Ramón Fernández”* e a carreira de Tradutor Juramentado em português na Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires.

Análise do corpus

Como veremos, os enunciados que conformam o corpus estão atravessados pela ideologia lingüística da comunicação⁶, apresentando-se a língua como seu (da comunicação) instrumento privilegiado.

Passemos, então, para o primeiro exemplo:

1. *A língua é um meio pelo qual as pessoas podem se comunicar.*

Nesse primeiro enunciado, temos uma tentativa de definição dessa concepção de língua, em que a palavra “meio” funciona parafrasticamente em relação a instrumento. Lembremos a esse respeito uma das acepções que dá o *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa Michaelis* (versão em CD), refletindo o saber espontâneo que se encontra nas pessoas: *sm. 12 Maneira, via por onde se chega a algum fim*. E nós acrescentamos: essa “via” é a língua e o “fim” a comunicação.

Os enunciados (2), (3), (4) e (5) funcionam no sentido explicitado anteriormente.

2. *É o que permite estabelecer a comunicação entre as pessoas.*
3. *A língua é o meio de comunicação por excelência.*

⁶ Cf Pêcheux, 2004.

4. *A língua é o principal meio que as pessoas têm para se comunicarem entre si.*
5. *Quando falamos de língua, pensamos nas palavras, na forma de escrevê-las, no modo de utilizá-las e sobretudo na possibilidade de comunicação entre as pessoas.*

Observamos, em (2), que ocorre o pronome “o” junto da partícula “que”. Esse “o que” está, precisamente, no lugar de meio ou instrumento.

Em (3) e (4), há o reconhecimento implícito da possibilidade de existirem outros meios de comunicação, mas a língua é o principal.

(5) é o primeiro e único enunciado em que há uma referência à materialidade da língua. No entanto, essa materialidade aparece reduzida às palavras, ao léxico. Esse aspecto, além do mais, revela-se secundário em relação à “possibilidade de comunicação entre as pessoas”. Também aqui, temos o aspecto comunicativo da língua como o mais importante.

Vejamos outro exemplo.

6. *O verdadeiro uso da língua é comunicar, surpreender, comover.*

Em (6) vemos essa concepção de língua funcionar duplamente: primeiro por meio da palavra “uso”; em seguida, através do verbo explícito “comunicar”. Mas a língua “serve” também para “surpreender”, para “comover”. É muito interessante observar como esse enunciado se inscreve dentro da teoria funcionalista da língua. Não é difícil ver em essas três idéias, veiculadas pelos infinitivos, duas das funções do esquema da comunicação de Jakobson; assim, a noção de “comunicar” poderíamos remetê-la à função informativa, enquanto “surpreender” e “comover”, à função expressiva.

Também, a partir desse enunciado, podemos aventar a hipótese de que, quando se fala em “comunicar”, não se mencionando uma outra função, encontramos implícita e exclusivamente a idéia de mera transmissão de informação.

No exemplo a seguir, temos, novamente, a divisão de funções.

7. *A língua é o modo de falar, de se expressar e se comunicar em um momento e lugar determinado.*

Com efeito, “se expressar” diz respeito à função expressiva e “se comunicar” à referencial. Nesse enunciado, o que há de novo é a determinação de tempo e espaço, que tem a vantagem de relativizar o alcance da definição, introduzindo o contexto de enunciação. Entretanto, interpretamos as determinações de espaço e de lugar como simples acúmulo e não como constitutivos desse “se comunicar”.

Por outro lado, causa estranheza a caracterização de língua como “modo de falar”. Limitar-nos-emos a levantar, a esse respeito, algumas questões: o modo de falar se refere a uma comunidade? A um sujeito? A um língua “natural”?

Vejamos os dois enunciados a seguir.

8. *É o meio através do qual cada civilização ou comunidade se comunica, se manifesta, expressa suas emoções, etc.*

9. *É o que nos ajuda a expressar os sentimentos, é o que nos intercomunica com os outros, é o que nos socializa para desempenharmos melhor no universo que nos rodeia.*

Os enunciados acima continuam marcando a divisão entre a função informativa e a expressiva. Em (8), aparecem “civilização” e “comunidade”, que são os sujeitos coletivos que se comunicam. Caberia perguntar o que é uma civilização e o que é uma comunidade, já que são noções muito abrangentes e, portanto, homogeneizadoras.

Gostaríamos de nos deter agora na análise de um enunciado que apresenta novos aspectos.

10. *Facilitar através da educação o acesso ao conhecimento da língua, em forma ampla, como instrumento de comunicação e não de discriminação deve ser considerado objetivo essencial dos planos de educação nos países democráticos.*

Em (10), podemos observar como a noção de língua “como instrumento de comunicação” pareceria estar sendo afetada, em primeira instância, por “em forma ampla”, especificando esse último sintagma. Ora, do ponto de vista estritamente formal, o adjunto adverbial de modo “em forma ampla” –que poderia ser reformulado como “amplamente”– se relaciona com o verbo “facilitar”; portanto, o sintagma adjetival “como instrumento de comunicação” não pode funcionar afetando o adjunto, mas como especificação de “língua”. O que “incomoda”, na verdade, é esse sintagma inciso entre os sintagmas “língua” e “como instrumento de comunicação”.

Do ponto de vista da AD, pode-se pensar o sintagma adverbial numa relação metafórica ou parafrástica com [língua] “como instrumento de comunicação”.

Existe aí o pressuposto de que a comunicação, por meio da língua, é universal, chega a todas as pessoas. Se, do ponto de vista formal, “em forma ampla” é um adjunto adverbial de modo, do ponto de vista discursivo, esse sintagma aparece funcionando como um quantificador universal: língua, para todos. Por isso, dissemos que ele entra em uma relação parafrástica com [língua] “como instrumento de comunicação”:

língua – instrumento de comunicação
língua - em forma ampla (para todos)

A esse grupo parafrástico podemos acrescentar “[língua], não como [instrumento] de discriminação]. E temos então:

língua – instrumento de comunicação
língua - em forma ampla (para todos)
língua – não como [instrumento] de discriminação

Essa concepção de língua é, segundo o texto sob análise, a que caberia implementar nos “planos de educação nos países democráticos”. Ora, o modo de produção capitalista, próprio das democracias, promove uma comunicação sem equívocos -e, ao mesmo tempo, uma não comunicação. Essa comunicação, que tenta impedir a ambigüidade, é funcional à formação social capitalista: organização, mecanização, estandarização. As necessidades da administração capitalista funcionam tanto no trabalho quanto na escola. Pêcheux também aponta para o fato de essa divisão (comunicar – não comunicar) atravessar tanto as relações de produção capitalistas como as relações sociais políticas e ideológicas (PÊCHEUX, 1997, pp. 26-7).

Nesse texto, e também nos outros textos já analisados, a concepção de língua como instrumento de comunicação aparece como uma evidência. O grupo parafrástico que ocorre no último texto podemos filia-lo a uma posição de sujeito dentro de uma formação discursiva. Assim, é no interior de uma formação discursiva e de uma posição de sujeito que esses enunciados formam uma cadeia parafrástica e, portanto, significam.

Dentro dessa formação discursiva da ideologia comunicativista, podemos diferenciar, ainda com base na amostra (10), duas posições de sujeito. Com efeito, a noção de língua como instrumento não está em causa, isto é, estamos trabalhando com a mesma formação discursiva. O que está em causa é que a língua seja instrumento de discriminação, e não de comunicação. Assim, teríamos duas posições de sujeito em confronto: uma posição de sujeito “democrática” e uma “elitista”.

Conclusões

Como observamos, a definição ou caracterização de língua que recorre, marcadamente, no corpus, é a de língua como instrumento ou meio de comunicação. Tal conceito de língua poderia estar pressupondo um sujeito consciente e livre que se serve do sistema lingüístico para se expressar. Aliás, essa possibilidade de expressar-se ou expressar as emoções ocorreu em muitas das

amostras que analisamos, marcando uma diferença entre função informativa e função expressiva, mas permanecendo inalterável a noção de instrumento.

A passagem da noção de língua (instrumento de comunicação) para o conceito de discurso implica a passagem da noção de sujeito (da linguagem) para o conceito de forma-sujeito (sujeito do discurso). A noção de sujeito da língua traz consigo essa idéia de sujeito livre. É o que temos em Benveniste (1999) quando, a partir da dicotomia saussureana língua/fala, ele monta seu aparelho formal da enunciação. Esse sujeito livre é o sujeito que se apropria, em um ato individual, do sistema da língua, um sujeito que escolhe livremente os elementos –portanto, os significados– que são fornecidos pelo sistema da língua.

Uma tal concepção de língua cria a ilusão do sujeito como origem do sentido. Assim, quando um sujeito diz “a língua é um instrumento de comunicação”, é porque ele está acreditando nisso, está se identificando com seu dizer, em outras palavras, está se constituindo como sujeito. Escapa-lhe o fato de que ele não é dono de “suas” palavras, mas é falado por elas, isto é, é interpelado pela ideologia⁷, que se materializa nas formações discursivas. Por isso, falamos em forma-sujeito, que é o lugar que o sujeito, ao ser tomado pelo dizer, ocupa numa dada formação discursiva, não como pessoa física, sujeito empírico, mas como representação⁸.

Ao mesmo tempo, quando se diz que “a língua é um instrumento de comunicação”, estão se apagando outros dizeres, por exemplo, que a língua trabalha na construção da subjetividade ou que a língua manifesta a identidade de uma pessoa ou de uma sociedade.

Levando em consideração o dito acima, pensamos o deslocamento do foco de atenção de língua para discurso como necessário na formação do profissional de língua, já que, ao se pensarem as línguas como instrumentos de comunicação, pensa-se só na diferença a nível do sistema: fonética, morfossintaxe, léxico. Reduzir as diferenças ao sistema é cair na transparência da linguagem; é deixar para fora a história, a opacidade, que constitui as diferentes discursividades, com base em diferentes línguas.

Gostaríamos de salientar, porém, que nossa proposta não é prescindir do aspecto sistemático da língua e trabalhar apenas a discursividade. O trabalho com a língua, como materialidade, é necessário, indispensável. Entretanto, esse trabalho com a língua não acaba aí, não se fecha, mas, ao contrário, abre para o histórico. E aqui entra o discurso, não como conceito analítico, mas teórico.

⁷ Cf. Althusser, 1985.

⁸ Cf. Pêcheux, 1990.

Partimos⁹ do texto, unidade analítica¹⁰, e fazemos intervir o discurso, unidade teórica.

Trabalhar as diferenças entre línguas como meios de comunicação, isto é, como código, deixando para fora o discursivo, é abrir a porta para possíveis violências simbólicas, materializadas em frases como: “português é fácil”, “é muito parecido com o espanhol”, “não precisa estudar”, “é muito mais fácil do que o inglês”, etc. Esses enunciados, com que deparamos todos os dias, nas instituições de ensino, na mídia, na rua, fazem parte do imaginário que circula em nossa sociedade. Eles são enunciados que funcionam como evidências, como pré-construídos e com os quais o professor ou tradutor deve lidar.

Pensamos a violência simbólica como o abordar o estudo da língua reduzindo-o ao trabalho com a superfície lingüística, isto é, como o não reconhecimento da identidade, da historicidade que a língua do outro traz inscrita na sua materialidade. Identidade e historicidade que constituem, com base na língua, os sujeitos. Essa violência simbólica significa também o apagamento da outredade, num movimento de aproximação do alheio que, talvez, inconscientemente (ou ideologicamente), reduza a diferença, estabelecendo a onipotência do Eu.

Assim, para o falante de espanhol e futuro profissional da língua portuguesa, o trabalho crítico com as diferentes concepções de língua que os aprendizes trazem é uma prática pedagógica fundamental. O conhecimento de certos conceitos da AD permite trabalhar com a discursividade própria do português, fornecendo ferramentas teóricas que nos permitam responder à pergunta *o que o falante brasileiro significa quando diz?* A nosso ver, essa tarefa se revela necessária, não só para atingirmos a compreensão, mas também para estabelecermos o respeito ao outro.

⁹ Chamamos a atenção, no entanto, para um possível desvio na questão do texto como ponto de partida. Na AD o texto não é um ponto de partida absoluto, nem de chegada. Um texto não recobre o discurso, mas é simplesmente um exemplar dele (ORLANDI, 2000). Além do mais, pode-se partir para a análise de outros objetos simbólicos (uma música, uma pintura, uma praça), que não só o texto.

¹⁰ Segundo Orlandi (2000), o texto ao ser referido à discursividade, constitui uma unidade em relação à situação.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado. 2ª ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985. [Original em francês, 1970]
- BENVENISTE, É. Problemas de lingüística general I. 20ª ed. S/l. Siglo Veintiuno Editores, 1999. [Original em francês, 1966]
- JAKOBSON, R. Lingüística e comunicação. (Trad. de I. Blikstein & J.P. Paes) São Paulo, Cultrix, 1969.
- MICHELIS, Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, versão em cd.
- ORLANDI, E. Discurso e Leitura. São Paulo, Cortez, Unicamp, 1988.
- _____ Análise de discurso: princípios e procedimentos. 2ª ed. São Paulo, Pontes, 2000. [Primeira edição, 1999]
- _____ Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4ª ed. São Paulo, Pontes, 2004. [Primeira edição, 1996]
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. Em: Gadet, F. e T. Hak (orgs.) Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Editora da Unicamp, 1990. [Original em francês, 1969]
- _____ Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 3ª ed. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1997. [Original em francês, 1975]
- _____ & F. Gadet. A língua inatingível. São Paulo, Pontes, 2004. [Original em francês, 1981].
- TRNKA, B. et alii. El Círculo de Praga. 2ª ed. Barcelona, Anagrama, 1980.